



Diário da Sessão n.º 017 de 11/05/05

Presidente: Meus senhores, em seguida temos uma **Proposta de Resolução**, apresentada pelo PSD, sobre “**Conhecer as consequências da liberalização mundial do comércio agrícola na agricultura açoriana**”.

Temos meia hora para o efeito. Espero que dê, porque eu próprio tenho compromissos inadiáveis.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para apresentar esta Proposta de Resolução.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Srs. e Sra. Membros do Governo:

A Agricultura contemporânea, vive, como outros sectores económicos ao ritmo de mudanças. No caso em concreto, são modificações que provêm, essencialmente, do somatório de duas políticas, uma doméstica (Política Agrícola Comum) e outra global (Organização Mundial do Comércio).

Estas políticas, caracterizadas por estarem em sucessivas metamorfoses, determinam as regras base do funcionamento agrícola, impondo grande velocidade à permanente adaptação dos Agricultores a novas situações quer sociais como comerciais.

Socialmente, a Agricultura está cada vez mais moldada aos anseios dos cidadãos, que lhe atribuem novas funções e novos condicionantes, face às suas crescentes preocupações com o ambiente, com a qualidade de vida e com a segurança alimentar.

Comercialmente, esta actividade encontra-se, irreversivelmente, no caminho da mundialização e que está a acontecer rapidamente sem que



para isso tenha havido, minimamente, convergência de desigualdades socio-económicas entre países.

Esta forçada globalização na Agricultura que possui algo de selvagem, coloca no mesmo patamar diferentes realidades, por exemplo, a grandeza produtiva de alguns países estará lado a lado com a pequenez de outros, os aspectos éticos e a sensibilidade animal estarão lado a lado com a inexistência de preocupações no bem-estar-animal e sanidade animal e modelos sociais, paupérrimos, estarão lado a lado com padrões mais avançados de dignidade de vida humana.

Bom, mas a mercantilização de marcha mais ou menos lenta é inevitável na Agricultura, e, quanto a esta matéria não vale a pena levantar muros ao seu percurso, pelo contrário convém sim preparar a sua chegada.

Preparar a sua chegada começa por perceber-se que as negociações no âmbito do GATT (1947) – início da globalização na Agricultura – até ao Acordo-Quadro de 31 de Julho em 2004, é florescente em quatro aspectos:

- Redução de todas as formas de subvenções à exportação;
- Redução das ajudas internas;
- Redução das barreiras alfandegárias;
- Melhoria substancial de acesso aos Mercados.

Preparar a sua chegada é acima de tudo não subestimar os efeitos destes quatro corolários e perceber-se que, definitivamente, serão estipulados prazos para a sua concretização na sexta conferência Ministerial que está agendada para Dezembro próximo em Hong-Kong.

Preparar a sua chegada é não deixar, exclusivamente, por mãos alheias a protecção daquilo que é nosso, pois por muita boa vontade que outros espelhem não sentem como nós Açorianos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Srs. e Sra. Membros do Governo:

Mais do que a mudança a que os Agricultores estão sujeitos, o que mais os aflige são as incertezas económicas que estes acordos mundiais podem causar. Estas dúvidas são um dos fortes entraves ao optimismo agrícola e consequentemente ao investimento e à iniciativa na Agricultura Açoriana.

O amargo sabor da montanha russa dos preços aliada à incapacidade dos Agricultores os construírem tem criado dúvidas quanto aos proveitos dos tempos que se avizinham e impedem o dinamismo urgente que é necessário implementar na Agricultura como amortecedor das dificuldades quotidianas.

Note-se, ainda, que os Açores são um espaço onde coexistem fileiras instaladas que apresentam alguma competitividade, com fileiras pouco desenvolvidas e pouco competitivas. A Agricultura nesta Região não pode ser olhada como um sector homogéneo em que todos os subsectores têm as mesmas oportunidades e as mesmas vantagens, visto ainda morar nos Açores o atraso estrutural, a ausência de diversificação, a inexistência de vulgarização entre outros aspectos.

Bom, mas com tudo isso, a evolução em curso determina que passaremos a fazer parte de uma economia aberta e em permanente evolução, com riscos e oportunidades.

No entanto, para uma Agricultura como a nossa marcada pela distância, pela diminuta dimensão e pela semimorta diversificação não tenhamos ilusões que os riscos espreitam. São riscos que se podem manifestar em perigos como a possibilidade da importação de determinados produtos, gradualmente, substituírem as nossas produções, visto que os bens agrícolas passarão a entrar a preços cada vez mais reduzidos no espaço



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Português empurrando os preços internos no mesmo sentido, podendo tornar-se insustentável a manutenção de algumas actividades, principalmente as ligadas à pecuária.

Para isso, basta verificar que países como a Irlanda fortes vendedores de carne, ao compreenderem que terão mais dificuldades em competir num mercado mundial canalizarão as suas exportações para dentro da Europa.

Do mesmo modo, países como a França, a Alemanha e a Itália, grandes beneficiadores das ajudas às restituições nos lácteos, identicamente, irão voltar-se para dentro da Europa.

A agravar a situação as negociações da OMC permitirão uma maior permeabilidade ao mercado comunitário a produtos provenientes do MERCOSUL e genericamente da América do Sul, designadamente de cárnicos, que se apresentam em vantagem competitiva em aspectos como a grandeza da extensificação pecuária e os baixos custos de produção, essencialmente na mão de obra.

Aliás, o fosso de desigualdade agrava-se quando verificamos que estes países do MERCOSUL não possuem despesas inerentes à condicionalidade ambiental nem ao bem-estar-animal como os da Comunidade.

Observe-se que mesmo pagando elevadas taxas alfandegárias o Brasil tem ampliado o seu apetite pela exportação de carne de bovino para a Europa, de tal modo que passaram de 553.000 Toneladas em 2000 para 1.207.000 Toneladas em 2003.

É, deste modo, imprescindível conhecer-se os efeitos para a Agricultura desta Região dos actuais acordos da OMC e os prováveis desfechos das negociações.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Srs. e Sra. Membros do Governo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Se já não bastasse as negociações da OMC acrescem, ainda, a existência de algumas novas circunstâncias políticas, que potencializam a existência de um mercado difícil de competir e o aumento da nossa fragilidade.

É o caso da nova política agrícola dos EUA incentiva mais as exportações, o que implicará uma maior pressão na redução dos preços internacionais.

Aliás, os EUA têm tido uma política ambivalente, apresentando um discurso liberal e uma continuada prática intervencionista.

Acresce a esta postura algumas manifestações públicas do Grupo de Cains e da Aliança Global que defendem que a agricultura não deve ter nenhum tratamento especial.

Por outro lado e num plano interno, a última Reforma da PAC permitiu atribuição de apoios estatais a que se chama re-nacionalização da PAC e que antes não eram inteiramente possíveis, ou seja, os Agricultores e os produtos dos países ditos “ricos” terão acréscimos de ajudas. No efeito os produtos destes países chegarão ao espaço Português a preços difíceis de igualar.

A este propósito não nos podemos esquecer que o nosso principal mercado continua a ser o Continental.

Meus Senhores, este assunto da OMC não deve merecer o desinteresse do Governo Açoriano, pois como poderá a tutela tomar decisões plurianuais e motivar os Agricultores a investir se não detiver estudos de previsibilidade que possam suportar as suas melhores deliberações.

Em causa está a protecção dos nossos interesses agrícolas, pela defesa das nossas principais produções que figuram e todas as outras que possuem potencial de desenvolvimento.

Sendo assim, não podemos, ficar pasmos e serenos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O Orador: ... a assistir a um aumento desmedido de vulnerabilidade da Agricultura Açoriana, já que esta debilidade acarreta elevadas consequências socio-económicas para os Açores.

É assim, perante todas estas conjunturas internas e externas que estão a bater-nos à porta e que influenciarão decisivamente a Agricultura, que o Grupo Parlamentar do PSD está preocupado e propõe que esta Assembleia actue não só a bem da Agricultura mas, principalmente, a bem de todos os Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos pasmos por este acordo repentino do Partido Social Democrata para as questões da liberalização do comércio mundial.

Isto é um assunto que nasceu em 1994. A partir de 94 a Comunidade Económica Europeia e os países que a compõem, entre os quais Portugal, desenvolveram todo um movimento de reformas no sentido de acautelar a agricultura multi-funcional, que é o nosso modelo agrícola da comunidade, para o adaptar ao liberalismo mundial.

Fizemos três reformas compulsivas, uma em 92, depois a Agenda 2000 com profundas alterações, e em 2003 fizemos mais uma reforma, tudo no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

sentido de potenciar e dar pujança à nossa posição negocial, julgo que principalmente os países desenvolvidos como os Estados Unidos.

A Europa aparece na mesa destas negociações numa posição forte. Preparou, naqueles que são os três pilares das negociações mundiais do comércio, a sua política interna.

Nas ajudas internas direccionou todas aquelas medidas e subvenções que estavam ao apoio e que estavam na caixa azul para a caixa verde, isto é, tudo o quanto eram subvenções dadas directamente às produções ou às áreas cultivadas passaram para apoios directos aos produtores.

Colocou, assim, uma parte substancial dos apoios à salvaguarda das questões agrícolas.

No outro pilar, que tem a ver com as subvenções à exportação, a Europa definiu claramente um conjunto de produtos entre os quais está o leite, a carne, a manteiga, o queijo, o leite em pó e outros produtos lácteos.

Definiu esse conjunto de produtos como alvo ainda a manter a possibilidade de continuarem a ser ajudados nas suas exportações, embora diminuindo, obviamente, a sua intervenção.

Em contraponto exigiu que apoios que estavam encapotados por outros países desenvolvidos, nomeadamente os Estados Unidos, e que tinham a ver com os apoios à ajuda alimentar, que representavam mais de 50% dos apoios americanos velados às suas exportações, com os créditos à exportação e com as empresas estatais, trouxe para cima da mesa a intervenção de todos esses assuntos.

Mais uma vez a Europa agiu no sentido pro-activo.

No outro pilar que tem a ver basicamente com os acessos ao mercado e nesse sentido com os níveis de tarifas, a posição europeia foi de arranjar um conjunto de 539 artigos, salvo erro, que vai proteger nesse sentido. São



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

chamados de produtos sensíveis, onde será sempre possível, porque são específicos, estabelecer cláusulas de salvaguarda, estabelecer montantes mínimos a partir dos quais poderão ser apoiados e também a partir dos quais, quando os níveis de importação forem exagerados, poderão ser criadas algumas barreiras.

Portanto, neste sentido, houve uma preparação de há longos anos. Esta matéria não surge agora e por acaso.

O que começa a surgir agora e por acaso é uma certa forma de fazer política, isto é, tentar que os interesses da Região, em vez de serem claramente definidos pelo Governo Regional, que é quem os deve definir em primeira instância, passem a ser feitos a partir da Assembleia, o que, no entendimento deste Grupo Parlamentar, não é assim que deve funcionar, não tem funcionado e não funciona com outros países.

Os interesses de Portugal não foram definidos na Assembleia da República e esta é que é a matéria da proposta. A proposta até tem essas preocupações, que também são nossas, mas o que é facto é que esta Assembleia define os interesses da Região.

Este não é o nosso entendimento de como estas coisas funcionam.

O Governo Regional define esses interesses, a Assembleia acompanha essa definição.

Portanto, é por estes motivos que eu posso desde já anunciar, independentemente de podermos continuar a participar no debate, que o Grupo Parlamentar do PS não subscreve essa forma. Também não subscreve que se façam estudos para criticar a política do Governo com esse único e exclusivo objectivo, como também parece formatar a proposta. Poderá fazer o PSD esse estudo directamente junto do seu gabinete de estudos, sem recorrer aos serviços da Assembleia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Portanto, neste contexto nós vamos votar contra esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2001 terminou o acordo que vigorou durante cerca de meio século e que era vulgarmente conhecido por Acordo Marraquexe.

Tendo conhecimento de que esse acordo iria acabar, os países começaram a se movimentar no sentido da criação do acordo que viesse substituir.

Da parte da Comunidade Europeia esse movimento de adaptação àquilo que previsivelmente seria um movimento mundial processou-se nos termos que foram explicados pelo Deputado Luís Paulo Alves e que, nessa matéria, está muito mais à vontade do que eu.

É evidente que a partir de 1999, quando se deu início, em Seattle, à ronda do milénio da Organização Mundial do Comércio, passou-se a definir uma agenda e um rumo para se chegar a um acordo final que substituísse o acordo anterior que entretanto terminava em 2001.

O percurso que a União Europeia fez é aquele que é conhecido. Foi acompanhado pelo Governo da República e pelo Governo Regional e colheu obviamente sugestões do Governo da República e do Governo Regional e chegamos a este ponto em que estamos com uma Proposta de Resolução do PSD.

Não me vou debruçar sobre os considerandos, porque o que está aqui em causa são os 3 pontos da Proposta de Resolução.

O primeiro ponto propõe “que se defina os interesses dos Açores nestas negociações”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Muito mal estaríamos nós se aguardássemos por esta Proposta de Resolução para neste momento definirmos os interesses dos Açores.

O que acontece é que o PSD “não apanhou o comboio na altura certa”. Obviamente que agora ainda pode entrar nesse comboio, não pode é alterar o seu rumo, como é óbvio, que já foi há muito traçado e que vem sendo acompanhado, quer pelo Governo República, quer pelo Governo Regional dos Açores, aliás, como muito bem disse, em 2 de Agosto, em Lisboa, o ex-Ministro da Agricultura, Carlos Costa Neves, quando considerou que “o Ministério da Agricultura congratulou-se hoje com o acordo alcançado no Domingo pelos países membros da Organização Mundial do Comércio, considerando que salvaguarda a situação dos produtos sensíveis portugueses”.

Portanto, o caminho estava a ser seguido e aparentemente estava a ser bem conseguido.

Relativamente ao segundo ponto propõe que “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dê conhecimento ao Governo da República, como sujeito internacional nas negociações.”

O Governo da República não é o sujeito internacional das negociações. O sujeito internacional das negociações é a Comissão Europeia, junto da qual o Governo da República, obviamente se faz representar. Portanto, há aqui uma imprecisão. Isto também não está correcto.

Relativamente ao último ponto, “elaborar o relatório de análises e feitos para a agricultura açoriana, em especial para os lácteos e cárnicos, dos acordos alcançados na OMC”, esta questão já foi explicada pelo Deputado Luís Paulo Alves, por isso não vou voltar a ela, mas lembraria ainda que o ex-Ministro Carlos Costa Neves, nessa mesma intervenção em Lisboa, considerou que “o acordo não se traduz em alterações significativas no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

novo Quadro da Política Agrícola Comum” e realçou ainda que “cada país pode vir a designar e a qualificar um número não negligenciável de produtos sensíveis para portação de fronteiras”.

Portanto, esta proposta aparece completamente desenquadrada daquele que tem sido o rumo normal das negociações e os interesses têm sempre sido defendidos, quer por parte da República, dos órgãos executivos da República, quer por parte dos órgãos executivos próprios da Região e, por isso mesmo, está desenquadrada no tempo e nos termos em que é proposta. Por essa razão o Partido Socialista vai naturalmente chumbá-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As preocupações que foram trazidas hoje, a esta casa, são preocupações que já têm décadas.

Todos nós sabemos que, há vários e vários anos, há países que reclamam, no comércio internacional, as mesmas condições que existem para outro tipo de bens que não os agrícolas.

Todos sabemos também que as questões fundamentais são aquelas enunciadas por todos, ajudas internas, subvenção às exportações e acesso aos mercados. É esse o tripé do problema,

Toda a gente sabe, principalmente aqueles que são estudiosos, que nos últimos anos se tem acrescentado a esses três tipos de preocupações mais dois outros tipos de preocupações. Por um lado, aquelas que dizem respeito às preocupações não comerciais que os países têm invocado para manter políticas internas de apoio à agro-pecuária e, por outro lado ainda, um tratamento especial que é dado aos países em vias de desenvolvimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Todas essas questões que têm sido abordadas e que têm sido acompanhadas por todos os Governos – este que agora cá está e pelos outros que o antecederam – têm levado a um alicerçamento de uma convicção que tem a ver com a afirmação das nossas capacidades pela diferenciação e qualificação dos nossos produtos.

É isso que temos feito. Temos dotado a Região das infra-estruturas necessárias à qualificação e diferenciação da nossa produção, porque é a forma que ela tem de se afirmar nos mercados.

Quanto à previsibilidade das coisas, já foram aqui referidas as previsões que existem. Naturalmente e de forma crescente os mercados se irão globalizar, teremos a concorrência de outros produtos vindos de outras origens que não só as comunitárias.

Naturalmente, a combater esta tendência, teremos que diferenciar e qualificar as nossas capacidades produtivas e comerciais.

Quanto à previsibilidade maior que pode haver aqui e ao empenho que tem havido em toda essa matéria, remeto o Sr. Deputado, como já remeteu o Sr. Deputado Lizuarte Machado, para as declarações do ex-Ministro da Agricultura, Dr. Costa Neves.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu noto aqui que os senhores não compreenderam o ponto das negociações e por isso acharam desenquadrada no tempo a proposta e acham que ela não deve ser aceite.

Reparem que o que está em causa, depois de uma série de falhanços como Seattle, Cancun e Genebra, é o cumprimento dos princípios da Declaração de Doah.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Este cabal cumprimento vai ser efectuado em Dezembro, em Hong-Kong. Ou seja, a liberalização do comércio começou em 47 e agora nós chegamos ao fecho, depois de vários falhanços pelo meio. É esta a grande preocupação.

Portanto, a proposta é situado no tempo, na altura certa. Ponto final. Parágrafo.

Os senhores não conseguiram perceber qual é o actual estado das negociações.

Então o Parlamento não se deve importar com estes assuntos e deve deixar que outros se preocupem com eles, porque têm havido reformas. As reformas não são só por causa da Organização Mundial do Comércio, é por causa do alargamento aos países, é por causa do apetite financeiro, é por causa desta política, é por causa das preocupações da sociedade.

A União Europeia o que tem feito é se preparar para aquilo que vai acontecer. E esta mesma que nos está a defender, foi aquela que instituiu a liberalização dos mares nos Açores.

Se os senhores se recordam, e grande parte dos senhores estavam cá, a 17 de Junho de 2004, foi apresentado um relatório nesta Assembleia, proposto pelo PCP, que visava o seguinte:

“Encarrega a Comissão Permanente de Economia de elaborar um relatório a ser apresentado no plenário de Junho de 2004, ao qual se proceda ao exame das consequências para o equilíbrio dos ecossistemas e para a economia costeira regional, da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias, o qual se faça com a profundidade possível e o exame das consequências para o equilíbrio desses ecossistemas, que resulta da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias.”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Isso já aconteceu nesta Assembleia. Este foi um estudo efectuado, um estudo de previsibilidade, de conhecimento das consequências. O que é que nós estamos a fazer?

Face à actual situação nas negociações, nós estamos a fazer isto, a tentar conhecer o que é que vem a acontecer perante essa mobilização.

Meus senhores, não pode haver dois pesos e duas medidas, duas actuações distintas, pelo facto de vir do PCP ou de vir do PSD.

Eu acho que o vosso problema é o facto da proposta ter vindo do PSD.

O que os senhores tentam fazer é “descafeinar” o interesse da proposta já que não foram os proponentes desta mesma proposta.

Mais nada tenho a dizer.

Deputados Jorge Macedo e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, faltam 5 minutos para as 20 horas.

Como ainda temos que combinar os nossos trabalhos para amanhã, eu interrompia aqui os nossos trabalhos, faríamos uma breve conferência de líderes e amanhã prosseguíamos.

(Pausa)

Meus senhores, vamos recomeçar os nossos trabalhos amanhã às 10 horas com o período de tratamento de assuntos políticos e cerca das 12 horas continuamos com a ordem de trabalhos.

Boa noite. Muito obrigado.

Eram 20 horas.



Diário da Sessão n.º 018 de 12/05/05

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Vamos iniciar a nossa Agenda da Reunião com a continuação da discussão da **Proposta de Resolução – “Conhecer as consequências da liberalização mundial do comércio agrícola na agricultura açoriana”**.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Paulo Alves que neste momento prescinde.

Isso leva-me a concluir que podemos passar à votação desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou esta Proposta de Resolução considerando a importância da matéria, as implicações na nossa Região, os nossos constrangimentos e características da globalização, a realidade açoriana que é afectada por toda esta evolução, sobretudo entendendo que é importante proteger o nosso sector produtivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

O PSD entendeu que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deveria analisar e estudar as consequências para a agricultura açoriana da globalização agrícola no âmbito da organização mundial do comércio.

O PS, por seu lado, não quer que a Assembleia Legislativa tenha posição e apresente essa posição sobre uma questão tão importante para o nosso desenvolvimento, para a nossa evolução.

Perante tudo isto o que é que fica?

Fica a preocupação do PSD, a nossa vontade em contribuir para analisar o problema e promover soluções que defendam os interesses dos Açores.

O PSD propõe, o PSD pretende que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores actue.

O PS não quer, porque está contra.

No fundo, incomoda o PS que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores actue, que a Assembleia trabalhe.

O entendimento do Grupo Parlamentar do PS vai no sentido de que o Governo Regional actue sozinho. Não é esse, de forma nenhuma, o nosso entendimento.

Por isso, somos proponentes, continuaremos a ser proponentes.

O facto do PS estar sempre contra as propostas do PSD, não impede que o PSD apresente propostas a favor do Açores e a favor dos interesses dos Açorianos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS votou contra esta proposta porque considera que ela é perfeitamente desajustada em termos de tempo, desadequada nos seus termos e porque também não percebeu se aquilo que o PSD pretendia com esta proposta era parar as conversações e as negociações que se estão a desenvolver a nível da organização Mundial do Comércio para que houvesse tempo de fazer a sua reflexão sobre essa matéria uma vez que em tempo oportuno não “apanhou o comboio”.

Nesta casa ninguém pretende, nem pretenderá, limitar a iniciativa de quem quer que seja. De facto, os órgãos próprios do país e da região têm acompanhado em pormenor e têm-se pronunciado sobre estas matérias.

As políticas estruturantes de desenvolvimento que nos respectivos sectores e também na área agrícola têm vindo a ser implementadas pelo Governo Regional pretendem, isso sim, que o desenvolvimento económico se dê de forma contínua e sustentada.

Percebemos claramente que é necessário algum proteccionismo que está perfeitamente salvaguardado como muito bem estava frisado na declaração do ex-Ministro da Agricultura, mas acreditamos nas nossas potencialidades, acreditamos nas nossas políticas, acreditamos nos açorianos. Não tememos os tempos que aí vêm, estamos a nos preparar para os enfrentar e através desta casa e dos órgãos próprios da Região, continuaremos permanentemente a acompanhar este assunto tanto quanto seja possível.

Muito obrigado.